IX

TRABALHO E GÊNERO NA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA^{*1}

Thiago H. G. Carpegiani

Introdução

Este capítulo insere-se no amplo debate acerca das diferenças salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho e busca exemplificar as causas históricas, econômicas e sociais que levaram a construção desse modelo como constituído hoje na Economia contemporânea.

Busca, ainda, apontar para as diferentes funções que são delegadas a homens e mulheres a fim de compreender a chamada divisão sexual do trabalho e a construção da hierarquia entre gêneros.

Explora o conceito de trabalho percorrendo, brevemente, o seu desenvolvimento na ordem capitalista, exemplificando alguns conceitos da história econômica para, então, compreender algumas das causas da divisão sexual do trabalho e abordar essa realidade no Mundo e no Brasil.

Acima de tudo, este artigo busca contribuir para o debate acerca dessas diferenças e fornecer instrumentos que ajudem a compreendê-las e superá-las, visando a construção de uma sociedade que garanta iguais oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para os gêneros. Por fim, espera-se que também contribua para a aproximar cada vez mais as Ciências Econômicas desta questão.

Breve histórico das relações de trabalho

O conceito de trabalho é de fundamental importância para entendimento das relações socioeconômicas na sociedade atual.

^{*}DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.165-178

¹ O capítulo que ora se apresenta é fruto da monografia de conclusão do bacharelado em Ciências Econômicas na Universidade Federal e São Carlos, *campus* Sorocaba, em 2017.

Segundo Marx, trabalho é definido:

[...] antes de tudo, como um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio deste movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p.255).

Assim, através do trabalho a humanidade transforma a natureza para garantir seus meios de subsistência e reprodução da vida material, ou seja, é a partir dessa atividade que o tecido social é formado e ganha corpo através de valores que guiam a sociedade.

Abordar a divisão sexual do trabalho, dentro deste escopo, é entender parâmetros que moldam a valorização e hierarquização dos indivíduos nesta lógica.

Comumente, na ordem capitalista, o trabalho assalariado é considerado a atividade de maior valor dentro do tecido social, desconsiderando outras atuações que garantem a manutenção e reprodução da vida material. O trabalho doméstico é, talvez, o maior exemplo de exclusão provocada por esta concepção, isto também evidencia a divisão sexual do trabalho, ou seja, a separação de funções a partir de trabalhos considerados tipicamente masculinos e femininos, fazendo com que os trabalhos executados por homens “valham” mais do que os trabalhos executados por mulheres, como tão bem demonstra Gayle Rubin em seu estudo *“Tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo”* em que enfatiza o quanto o sistema sexo/gênero seja um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (RUBIN, 1993). Devemos ressaltar, ainda a existência de dife-

renças salariais entre homens e mulheres executando as mesmas funções, assim a hierarquização ocorre em vários níveis de execução do trabalho.

Para entender essa lógica, é preciso recorrer a análise histórica da construção do mercado de trabalho contemporâneo, a divisão entre trabalho assalariado e trabalho doméstico, partindo da conceituação do liberalismo até a chamada crise dos anos 1970 e a flexibilização do trabalho.

Os ideários liberais eram predominantes na economia no início do século XX. Essa escola de pensamento argumenta que o Estado não deveria ter como função central a intervenção no mercado, sendo essas relações de troca definidas/organizadas pela ideia da “mão-invisível” do mercado, definida por Adam Smith em *“A Riqueza das Nações”* do seguinte modo:

[...] já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar o seu capital em fomentar a atividade [...] e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo [...] [ao empregar o seu capital] ele tem em vista apenas sua própria segurança; ao orientar sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas o seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios objetivos, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quanto tenciona realmente promovê-lo. (SMITH, 1983, p.379).

Assim, é possível perceber que esse conceito coloca a ação individual como cerne e moral das relações socioeconômicas.

Com a chegada da crise de 1929, esse modelo central é colocado em questão. O ideário liberal não seria suficiente para combater os ele-

mentos da crise instaurada: deflação de preços, ativos financeiros e altas taxas de desemprego (PRADO, 2006).

Assim, como resposta a essa situação se torna necessário entender alguns conceitos relacionados ao modelo fordista de organizar o processo produtivo, bem como as políticas keynesianas que, associados, se mostram como um meio de saída para a crise dos anos de 1930, a crise do liberalismo.

A recuperação da crise esteve relacionada, portanto com um novo modo de organização da produção, que possibilitou uma produção em massa e ainda com a necessidade de construção de um mercado consumidor apto a absorver essa produção. O fordismo possibilitou esse modelo, pois segundo Botelho (2002; p.13):

[...] seria o fordismo uma associação das normas tayloristas do trabalho com a produção e o consumo em massa, o que levou o modo de produção capitalista a regular o valor para muito além do movimento espontâneo de mercado.

A produção em massa depende do controle e manutenção da força de trabalho, na construção de linhas de produção e na divisão do trabalho, ou seja, na especificação de funções dos trabalhadores. Com este aumento da divisão do trabalho, há o aumento da produção, que gerou o crescimento em massa de bens e produtos e uma maior contratação de funcionários, bem como sua maior organização em sindicatos. Botelho acentua que (2002, p.18):

[...] conquistas dos trabalhadores acarretaram um maior padrão de consumo por parte da classe trabalhadora. Pode-se dizer que havia nesse momento, nos países em que o fordismo se desenvolveu plenamente, um círculo virtuoso de crescimento econômico. As práticas de gestão e produção no interior da fábrica possibilitaram a melhor organização do operariado. E como o todo é diferente das somas das partes, esses trabalhadores organizados souberam utilizar sua força para obter algumas conquistas socioeconômicas, moldando o fordismo como uma estratégia de acumulação mais ampla que a esfera fabril. A ideia de Ford de produção em massa e

consumo de massas só pode se realizar a partir do momento em que uma classe operária forte exigiu uma parcela maior da riqueza gerada e transformou em bens de consumo. As especificidades históricas do pós-guerra, principalmente a “ameaça comunista”, também contribuíram para que a classe que vive do trabalho pudesse extrair maiores conquistas dos representantes do capital e do Estado. O poder de barganha da classe trabalhadora tornou possível uma participação maior desta classe na repartição do fundo público.

Neste momento, essa relação entre capital e trabalho foi fruto de uma composição entre: sindicato forte, as grandes corporações e o Estado, estabelecendo o que se convencionou chamar de uma política de compromisso entre capital, trabalho e Estado.

O fundo público, citado por Botelho, refere-se a uma aplicação do orçamento público em saúde, educação, assistência, previdência e ainda ao financiamento do consumo. Dessa forma, o capitalismo, em países avançados, combinou crescimento econômico e pleno emprego, mecanismos de mercado e políticas estruturantes com a ampliação e diversificação da intervenção estatal, administração da demanda agregada e uma contratação crescente e centralizada (BOTELHO, 2002). Essas características não são somente influência do modelo fordista de produção, mas também das políticas Keynesianas, constituindo o que a Escola da Regulação Francesa denominará de modo de regulação fordista/keynesianista (BOYER, 1990).

As ações do Estado, junto às políticas Keynesianas para assegurar a estabilidade da demanda (BARUCO, 2005, p.19), geraram um sistema de compromisso entre o pleno emprego e ampliação de direitos sociais que levou à constituição do Estado de Bem-Estar Social. Assim, segundo Baruco (2005, p.20):

O Keynesianismo tornou-se um instrumento compatível de uma nova relação entre Estado e sociedade, pois forneceu os alicerces ideológicos e políticos para o compromisso da democracia capitalista, e ofereceu a perspectiva de que o Estado seria capaz de conciliar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão

democrática da economia. Isso é, o Keynesianismo forneceu alternativas para atenuação das crises e amenização das mazelas sociais e, neste sentido, os controles democráticos sobre o nível de desemprego e distribuição da renda tornaram-se os termos do compromisso que viabilizou a constituição destes construtos sociais.

Deste modo,

O regime de acumulação fordista/keynesianista pode ser considerado, assim, uma fase particular do desenvolvimento capitalista, caracterizado por investimentos em capital fixo que criam uma capacidade potencial para aumentos regulares da produtividade e do consumo em massa. Para que esse potencial se realizasse fez-se necessária uma política e uma ação governamental adequada, bem como instituições sociais, normas e hábitos comportamentais apropriados (o modo de regulação). O keynesianismo é, pois, descrito como o modo de regulação que permitiu que o regime fordista emergente realizasse todo o seu potencial. E este, por sua vez, é concebido como uma das causas fundamentais da crise da década de 1970 (LEITE, 2011, p.424).

Com esse processo, surgem movimentos que sinalizam a expansão do modelo de trabalho fordista para o mundo, de maneira diferenciada entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Há três frentes principais: mundialização dos processos produtivos (a industrialização); a mundialização dos mercados; e a mundialização da cultura (HOBBSBAWN, 2008).

A partir dos anos 1940, a economia capitalista passa por um crescimento nunca visto antes em sua história. Essa realidade de crescimento econômico é batizada por Hobsbawn (1995) como a “Era de Ouro” do Capitalismo. Há muitos efeitos decorrentes desse período: crescimento da população, da produção mundial de manufaturas, do comércio entre os países, bem como fluxo migratório da zona rural para a zona urbana.

A partir dos anos 1970 acontece uma desaceleração desse ritmo de crescimento, ocasionado primeiramente no setor externo devido ao

choque do petróleo em 1973, que aumentou os custos dos insumos de energia e ajudou a criar uma instabilidade financeira mundial:

[...] havia problemas com a rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor monopolista). Assim, as estratégias empregadas tanto pelas empresas como pelo Estado Keynesiano não produziam mais uma resposta adequada ao novo cenário mundial. A injeção de poder aquisitivo por parte do Estado de Bem-Estar, como forma de compensar as deficiências no investimento privado com seus próprios gastos, resultou em uma inflação mundial de custos e numa fuga maciça de capitais para os mercados mundiais *offshore*. Ou seja, o problema enfrentado pelas economias de grande parte dos países capitalistas estava ligado ao excesso de capital (BOTELHO, 2002, p.40).

Com esse novo contexto de crise, as ideias liberais ganharam novo corpo na discussão política com a constituição do que é chamado de Neoliberalismo. Seus pressupostos possuem como marco a publicação do livro *O Caminho da Servidão* escrito por Friedrich August von Hayek. Publicado em 1944, este foi uma reação teórica ao modelo intervencionista de Estado (ANDERSON, 1995, p.9).

Nesse contexto de crise, aparecem modelos de organização da produção e de contratação mais flexíveis, muitos deles inspirados no modelo toyotista. Botelho argumenta que:

[...] produção flexível é o conjunto de estratégias que correspondem as novas práticas de acumulação do capital em resposta a crise do capitalismo de meados da década de 1970 [...] o termo produção flexível realça o fato de que novas estratégias de reprodução ampliada do capital ainda não se desligaram da produção do valor econômico (BOTELHO, 2002, p.42).

Ou seja, as confluências e práticas em torno da produção flexível estão na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; o surgimento de novos setores de produção e de novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros; passagem de uma grande

parte dos trabalhadores para o setor de serviços; a criação de conjuntos industriais em novas regiões pouco industrializadas, e o retrocesso do poder sindical. Esse processo de flexibilização se dá nas relações de trabalho, nas relações entre as empresas, e nas relações de gênero dentro dessa mesma lógica. Aliado a todo esse processo há também a intensificação da mundialização financeira.

Assim, na crise dos anos 1970 o sistema capitalista passou por uma série de reformas de modo a flexibilizar o trabalho, o advento do Neoliberalismo segue nesta mesma tendência e associa-se a ela. Junto a isso, temos a integração mundial da economia capitalista, associada a maior competição entre as nações.

Trabalho e gênero

A brevíssima exposição da história econômica acerca das relações de trabalho na Economia, sobretudo no século XX, nos ajuda a compreender as mudanças e desafios que se colocam para o mundo do trabalho e a profundidade das alterações que se estabelecem no tecido social através da diversificação e multiplicação dos espaços de trabalho: o trabalho domiciliar, o trabalho a distância, trabalho terceirizado e todos os rearranjos que influenciam a divisão sexual do trabalho. É importante ressaltar que, neste texto, o recorte é bastante restrito, englobando duas grandes categorias de trabalhadores: homens e mulheres, não aprofundando a necessária análise entre as relações de trabalho, gênero, raça e diversidade de identidades e orientações sexuais.

Neste contexto de trabalhos flexíveis e de tempo parcial, há uma tentativa de legitimação social da conciliação entre vida familiar e vida profissional como sendo de maior responsabilidade das mulheres, ou seja, há um entendimento de que cabe a elas exclusivamente a execução dos trabalhos domésticos, criação de filhos e também do trabalho assalariado, porém este último de menor remuneração e visto como complementar ao salário dos homens. Vivemos em uma sociedade que naturalizou as ações de cuidado como responsabilidade feminina.

Araújo (2007) também ressalta que as mudanças ocorridas no processo produtivo contribuíram para alterar o perfil de trabalhadores contratados pelas empresas. Freitas (2016, p.113) salienta que:

[...] que antes dos anos de 1980, como dito acima, eram as mulheres jovens, solteiras e sem filhos as preferencialmente recrutadas pelas empresas. Após os anos de 1990, as mulheres casadas passaram a ser preferidas, por serem consideradas mais responsáveis e mais flexíveis, adequadas aos novos tipos de gestão na esfera produtiva. No entanto, esse processo de expansão da participação feminina foi marcado pela desigualdade entre os sexos e pela precariedade do emprego das mulheres.

O crescimento do setor de serviços, aliado a uma série de mudanças sociais, econômicas e culturais, gerou, ainda, uma demanda crescente por trabalhadores, e assim se tornou atualmente um dos principais responsáveis pela contratação da mão de obra feminina. Não à toa, é um setor de extrema volatilidade que sofre, antecipadamente, os impactos de crises de consumo e renda. Ou seja, em contextos de crise, as pessoas deixam de consumir alguns serviços ditos não essenciais como: restaurantes, cabeleireiros, bares, etc.

Souza-Lobo aponta questões importantes para esta análise, ou seja, as assimetrias salariais, de postos e cargos ocupados, as funções desempenhadas no mercado de trabalho, e o tempo sexualmente diferenciado e despendido na conciliação com afazeres domésticos. Gonçalves et. al. (2016, p.24/5) destaca esses pontos abordados por Souza-Lobo:

[...] Neste sentido, sua preocupação [Souza-Lobo] esteve voltada para reflexões sobre as relações de trabalho, sob uma perspectiva multidimensional, com forte preocupação pela multiplicidade de sujeitos relacionados ao processo produtivo, além de refletir sobre a própria identidade das/os trabalhadoras/es. A utilização da categoria gênero, por essa autora, revela abordagens que não se limitam à dimensão exclusiva das relações sociais, mas que estejam atentas às práticas coletivas. Deste modo, para ela, a catego-

ria gênero implica a problematização da subjetividade e também as identidades presentes no mundo do trabalho.

Ou seja, com a categoria de análise “gênero”, ocorre o aprofundamento da problematização a partir da identidade desses trabalhadores. O trabalho assalariado das mulheres é visto como “salário extra”, complementar à renda oriunda do “provedor” masculino. Silveira (2016) aponta argumentos que justificam essa situação do “salário extra”, que se daria acima de tudo porque mulheres não trabalham tanto tempo e nem ocupam os mesmos cargos que os homens. O tempo parcial se tornou a principal explicação das disparidades, aliado a comparação da hora-trabalho realizado, sem considerar o total de tempo trabalhado, dentro e fora de casa. Se o trabalho em tempo parcial é tão feminino, é porque ele se desenvolveu dentro de certos limites, como o peso do trabalho doméstico designado às mulheres e a especialização dos papéis sociais, a essa citada oferta de trabalho de tempo parcial nos setores feminizados. Aliado a isso o trabalho em tempo parcial, inclusive voluntário traz, junto si, salários parciais, promoções parciais, progressões de carreiras parciais, acesso parcial à formação e aos bônus, e também aposentadorias parciais (SILVEIRA, 2016, p.86). Vale ressaltar aqui que esse trabalho parcial relegado às mulheres ajuda também a precarizar o trabalho e o salário dos homens, sobretudo em momentos de crise.

Em termos de empregos qualificados as mulheres são, sobretudo, secretárias, enfermeiras, auxiliares de enfermagem, vendedoras, professoras, profissões cujos salários são mais baixos se comparados a outras categorias de trabalhos mais qualificados. No que se refere aos bônus recebidos pelas trabalhadoras, estes também ficam limitados, por conta do critério de disponibilidade, o que acaba penalizando as mulheres que têm obrigações familiares (SILVEIRA, 2016, p.85).

Voltando-se para o contexto brasileiro, grande parte da PEA (População Economicamente Ativa) possui um histórico de ocupações em trabalhos de baixa produtividade e de condições precárias (POCHMANN, 2014); a maior parte das vagas de emprego criadas no período de ascensão do neoliberalismo, ou seja, no começo dos anos 1990, não

foram do tipo assalariado formal, mas sim do tipo informal. Também se notou que os níveis de desemprego brasileiro atingiram principalmente jovens, mulheres, negros, pessoas sem qualificação, analfabetos e com pouca experiência de trabalho (Pochmann; 2001).

Leite (2018, p.7), aponta em síntese que:

[...] o início dos anos de 1990, no Brasil, foi marcado por: desemprego crescente, precarização e terceirização do trabalho, redução de direitos, diminuição de salários, endividamento dos Estados, imposição de políticas monetaristas e planos de austeridade advindos da adesão ao “Consenso de Washington”, instaurando-se, deste modo, a reestruturação do capitalismo em nosso país. As consequências dessas políticas, ditadas do exterior, se fizeram sentir em várias áreas.

Guimarães e Brito (2016, p.72) também complementam que:

No Brasil, até o fim dos anos 1960, a maioria dos indivíduos em idade para trabalhar obtinha sua sobrevivência sem recurso à mercantilização do trabalho. Passados cinquenta anos, esse quadro se reverteu: seis em cada dez brasileiros estavam premidos a engajar-se na atividade econômica para viver em 2010. Mas foi apenas a partir dos anos 1980 que mais da metade daqueles em idade para trabalhar (oferta potencial) passou a engajar-se no mercado de trabalho, fosse como ocupados, fosse como desempregados (oferta efetiva do trabalho).

Segundo Guimarães e Brito, com base nos dados censitários brasileiros (IBGE), observa-se que meio século atrás o mercado de trabalho brasileiro era domínio dos homens. Em 1960, quase oito em cada dez homens aptos a trabalhar buscavam neste mercado seu meio para sobreviver, contra menos de duas em cada dez mulheres (GUIMARÃES; BRITO, 2016, p.72).

Os autores também apontam, com base nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio) que o engajamento feminino na taxa de atividade foi de 36,9% para 53,4% entre 1985 e 1995, en-

quanto a taxa masculina pouco se alterou, passando de 76% para 78,3%. Portanto, a participação na PEA por parte das trabalhadoras elevou-se no período analisado, ou seja, período de forte crise econômica no país. Tal movimento possui implicações importantes em outras dimensões sociais, como por exemplo, o comportamento demográfico, os ganhos de escolaridade e as transformações na regulação dos papéis de gênero na sociedade (GUIMARÃES; BRITO, 2016).

Continuamente, segundo estes autores, temos uma mudança do perfil das trabalhadoras neste contexto. Em 1970 a mulher brasileira que tentava ingressar no mercado de trabalho era majoritariamente jovem, solteira e sem filhos. A partir dos anos 1990, ela tornou-se mais velha, casada e mãe, também por conta da crise econômica e do arrocho salarial deste período. Essa mudança de perfil vem com a persistência de alocação das trabalhadoras sob padrões segregacionistas de ocupação, com as mulheres executando atividades ditas femininas como, por exemplo, serviços pessoais, administração pública, ensino e saúde, e nas denominadas atividades de cuidado; há também incursões de mulheres em serviços de reparação e serviços auxiliares, mas numa proporção menor, trabalhos estes atribuídos geralmente aos homens. (GUIMARÃES; BRITO, p.76/77).

Considerações finais

Como conclusão desta análise, é possível perceber que a jornada dupla das trabalhadoras e a delegação das funções de cuidado e trabalho doméstico demonstram o quanto os papéis de gênero reforçam a divisão sexual do trabalho. As diferenças de rendimentos, o número de horas dedicadas ao serviço doméstico evidenciam a hierarquização social de gêneros. Portanto, as transformações decorridas no mundo do trabalho não impactam igualmente todos os trabalhadores, mas sim ganham conotações e singularidades sendo mais prejudiciais às mulheres. Aqui, são trazidas apenas as categorias “homem” e “mulher”, porém com o aprofundamento deste estudo dentro das ciências econômicas/sociais percebe-se a intensificação destes processos quando acrescentamos outras categorias como raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, para citar ape-

nas algumas. Assim, é de suma importância o avanço do conhecimento científico dentro dessas análises.

Referências

ALVES, Cláudio Eduardo Resende. **Mulheres Cisgênero e Mulheres Transgênero: existe um modelo legítimo de mulher?** 2017.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório.** São Paulo: Boitempo, 2011.

ARAÚJO, Angela. M.C. “Trabalho, precarização e relações de gênero em tempos de flexibilização e reestruturação produtiva”. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2017, Recife, **Anais...**, Recife, 2017.

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **Do consenso keynesiano ao pós-consenso de Washington.** Uberlândia: UFU, 2005. Disponível em: <http://www0.ufu.br/ie_dissertacoes/2005/3.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2016.

BOTELHO, Adriano. **Do fordismo à produção flexível: o espaço da indústria.** São Paulo: Annablume, 2008.

FREITAS, Thais. S. “Flexibilidade (ou Rigidez) produtiva, condições de trabalho e subjetividade das trabalhadoras em indústrias metalúrgicas de eletroeletrônicos”. In TRÓPIA, Patricia.V; TOSTA, Tania .L.D (et.al) **Mulheres Trabalhadoras: (in)visíveis?**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2016.

GONÇALVES, E. (et.al) “Feminismos, trabalho e ação coletiva: teorias, pesquisas e práticas sociais”. In TRÓPIA, Patricia.V; TOSTA.Tania L.D (et.al) **Mulheres Trabalhadoras: (in)visíveis?**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2016.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira-2015.** Brasília: IBGE, 2015. Disponível em:

< <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf> >.

Acesso em: 7 set. 2016.

KERGOT, D. “O cuidado e as imbricações das relações sociais”, In ABREU, A.R.P; HIRATA, H. LOMBARDI, M. R. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

LEITE, Kelen Christina. **Trabalho e condição humana na contemporaneidade**. Sorocaba: Laplage em Revista, 2018.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **A economia política da grande depressão da década de 1930 nos EUA: visões da crise e política econômica, semelhanças e diferenças com a crise atual**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em: < <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1509.pdf> >. Acesso em: 2 jun. 2016.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919> >. Acesso em: 07 jul. 2018.